



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141420 - MG (2021/0011981-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : JEFFERSON SANTOS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : BIANCA STEFANE DOS SANTOS MORANDI - MG180891
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em habeas corpus com pedido de liminar interposto por JEFFERSON SANTOS SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.589246-6/000).

O recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi denegada.

Sustenta o insurgente inexistir motivação contemporânea e idônea para a manutenção da segregação antecipada, visto que não demonstrada, concretamente, a presença dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, asseverando a suficiência da imposição de medidas cautelares alternativas.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência